



SEÇÃO: DOSSIÊ

Os desafios para a consolidação da democracia na Ásia Central pós-soviética: o caso do Uzbequistão sob a administração de Islam Karimov

The challenges for the consolidation of democracy in post-Soviet Central Asia: the case of Uzbekistan under Islam Karimov administration

Guilherme Geremias da Conceição¹

orcid.org/0000-0002-9591-5048
guilhermegconceicao@gmail.com

Recebido em: 25/03/2021.

Aprovado em: 05/04/2021.

Publicado em: 01/12/2021.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo pós-soviético de democratização da República do Uzbequistão, buscando, no âmbito dos objetivos específicos, compreender a trajetória democrática na administração de Islam Karimov (1991-2016). Nesse sentido, a pesquisa defende que, ao contrário do que argumenta parte substancial da literatura existente, as dificuldades enfrentadas no processo de democratização do país estão no campo do entendimento acerca da própria concepção de democracia, de uma série de fatores domésticos e externos, além de aspectos inteiramente novos. No desenvolvimento do artigo, primeiramente, pretende-se apresentar os aspectos teórico-conceituais utilizados para a realização do estudo, bem como uma contextualização histórica da região e do recente Uzbequistão. Na sequência, serão analisados os indicadores democráticos do governo Karimov, identificando suas particularidades, e os desafios existentes para a consolidação do processo democrático no país

Palavras-chave: Ásia Central. Uzbequistão. Democratização. Islam Karimov.

Abstract: This paper has as general objective to analyze the democratization process of post-Soviet Uzbekistan, seeking, within the scope of specific objectives, to understand the democratic trajectory during Islam Karimov's administration (1991-2016). In this sense, the research argues that, contrary to what substantial part of the existing literature argues, the difficulties faced in the country's democratization process may be in the understanding of the very concept of democracy, of a series of domestic and external factors, in addition to completely new aspects for the debate. In the development of the article, the first goal is to present the theoretical and conceptual aspects used to carry out the study, as well as a historical contextualization of the region and the recent history of Uzbekistan. Then, the democratic indicators of the Karimov government will be analyzed, identifying their particularities and the challenges that exist in the country's democratic process.

Keywords: Central Asia. Uzbekistan. Democratization. Islam Karimov.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Introdução

O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi inicialmente visto com grande otimismo por parte significativa da comunidade internacional, especialmente no Ocidente. Refletindo esse espírito, nos círculos acadêmicos, houve um considerável aumento dos estudos sobre os Estados pós-soviéticos, estes enquadrados na categoria analítica de "transições democráticas". Na verdade, para muitos autores o fim do bloco socialista foi interpretado como parte de uma mudança global mais ampla em direção à democracia nas últimas décadas do século XX (Melvin 2004).

Nos primeiros anos da independência das repúblicas da Ásia Central, houve uma grande confiança quanto ao futuro dos novos países. Ao mesmo tempo, governos ocidentais e organizações internacionais destinaram recursos importantes para o desenvolvimento e consolidação de políticas e instituições democráticas na região, sobretudo para a rápida reforma econômica que transformaria esses Estados em democracias liberais (Omeliicheva 2015). No final de 1990, no entanto, tornou-se difícil evitar a conclusão de que, em vez de participarem de um movimento global em direção à democracia, os Estados da Ásia Central resistiram a essas tendências.

Em 1998, a Freedom House classificou muitos desses países como entre os mais autoritários do mundo, ao lado de regimes como Iraque, Coreia do Norte e Iugoslávia (Freedom House 1998). Essa catalogação não foi diferente com a República do Uzbequistão, país localizado no coração da Ásia Central, cuja geografia é caracterizada por extensas regiões montanhosas e desérticas e pelo clima continental, apropriado para práticas agrícolas. O país é o mais populoso e o único Estado centro-asiático a compartilhar fronteiras com todos os demais Estados da região. Além do Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão, o Uzbequistão também faz fronteira com o Afeganistão e possui grande influência islâmica, principalmente por compartilhar a trajetória sedentária e cultural da Ásia Central (Aydin 2004).

O Estado uzbeque é ainda conhecido por abri-

gar as nascentes dos dois principais rios da região, Amu Darya e Syr Darya, um fator que viabilizou a formação de vales fluviais e oásis habitáveis em seu território, como o Vale de Fergana, e que destaca a sua importância estratégica perante a chamada "questão da água" (Capisani 2000, 92). Apesar do país não possuir acesso direto aos mares, "um fato que destaca seu isolamento econômico" (Capisani 2000, 91), vale ressaltar que o caráter isolacionista em relação às grandes transformações mundiais, geralmente atribuído ao local, nem sempre predominou, sendo o Uzbequistão anexado ao Império Russo (em 1865) e à URSS (em 1917), herdeiro de grandes civilizações e de suas extensas e ricas histórias (Aydin 2004).

Ao contrário dos Estados bálticos, o Uzbequistão, assim como as demais repúblicas da Ásia Central, não exigia independência nacional. Na realidade, ainda que seus territórios não fossem completamente imunes ao conflito interétnico e à dissidência popular, o país esteve entre as últimas repúblicas a declarar suas independências, uma vez que apoiava a preservação da federação soviética (Omeliicheva 2015). Ainda assim, quando a soberania foi imposta aos países da Ásia Central, apesar da maré de fervor democrático, o poder e a autoridade no Uzbequistão permaneceram firmemente concentrados no cargo do presidente e foram mantidos, segundo Sally Cummings (2002), por meio de uma combinação de repressão, cooptação e restrições políticas. O ex-presidente do Uzbequistão, Islam Karimov, governou o país desde 1989, quando foi nomeado líder do Partido Comunista Uzbeque, e, após a declaração da independência em 1991, foi reeleito quatro vezes sem qualquer oposição significativa até 2016 (Omeliicheva 2015).

Dessa forma, para alguns pesquisadores, apesar do número de iniciativas relacionadas ao tema da democratização, o Uzbequistão permaneceu, por todas suas medidas práticas, um Estado não democrático. Muitos estudiosos (Capisani 2000, Roy 2000, Alaolmolki 2001, Cummings 2002, Aydin 2004, Melvin 2004, Merritt 2004) atribuem a estagnação da transição democrática às mãos firmes do presidente Karimov para manter seu

poder, apontando ainda que a Ásia Central nunca foi democrática e, portanto, não sabe como sê-lo. Esses estudiosos referem-se, em particular, ao passado cultural e religioso "não democrático" da região, combinando com a continuidade dos elementos de autoridade do período soviético: "O autoritarismo foi construído na Ásia Central, a partir do passado (real e imaginário) e através das políticas do presente" (Melvin 2004, 27).

Partindo da concepção que o termo "democracia" não possui um significado universalmente aplicável e objetivo, e utilizando para corroborar com esta perspectiva e contrapor os indicadores democráticos propostos por Robert Dahl (1971) e Samuel Huntington (1991), este trabalho argumenta que o Uzbequistão na realidade busca, por meio de um ponto de partida constitucional, testar novos modelos democráticos. Para tanto, pretende-se analisar a constituição do Estado uzbeque à luz dos comentários de Arslan Tookson (2001), ex-professor da Academia de Ciências da República do Uzbequistão. Além disso, uma complexa inter-relação de fatores externos, como a influência da comunidade internacional e a violência regional, e internos, como o equilíbrio entre o empoderamento do Estado e a democracia, podem ser considerados como a chave para um entendimento mais abrangente acerca dos desafios para a transição democrática do país.

Breves considerações: das características pré-coloniais à *Perestroika*

Ainda que um extenso histórico sobre a formação territorial uzbeque não esteja no centro deste trabalho, vale dizer que o país hoje abriga parte da região histórica da Transoxânia, um reducto das populações sedentárias da Ásia Central (Rodrigues 1999). Essa área do atual Uzbequis-

tão, que durante o Império Russo foi conhecida por "Turquestão", possui uma rica trajetória de grandes cidades e assentamentos, incluindo os principais itinerários da Rota da Seda, como Bukhara, Samarkand e Khiva (Merritt 2004).

Na antiguidade, a região fez parte do Império Aquimênida (550-330 a.C.), que ali desenvolveu o comércio e inaugurou atividades bancárias; do Estado Universal de Alexandre o Grande (336-323 a.C.), que viabilizou o contato entre as populações locais e os gregos helênicos; do Estado Greco-Bactriano (250-125 a.C.), fruto desse choque cultural e catalisador do desenvolvimento agrícola local; e do Império Cuchano (105 a.C - 250), o qual mediou o comércio internacional entre Roma e China no mundo antigo (Rodrigues 1999).

Enquanto o alvorecer da Idade Média seria marcado pelas invasões nômades hunas e pela formação do primeiro Império Turco da história, os séculos seguintes, por sua vez, alterariam a dinâmica das sociedades centro-asiáticas principalmente por meio da chegada do Islã,² da derrocada da influência chinesa sobre os territórios orientais da região e do processo de conquista árabe (Golden 2011). Passado o prelúdio mongol, que interrompeu temporariamente o progresso civilizacional, não demorou para que, da fragmentação política, emergisse, na década de 1370, em Samarkand, Amir Timur, também conhecido por Tamerlão³ (Hambly 1985).

As lembranças da era de ouro timúrida, sob o governo de Timur (1380-1405), ecoariam pelos próximos séculos, e, embora não exista uma ligação direta entre o governante islâmico turco e o surgimento das primeiras tribos islamizadas autodeclaradas "uzbeques"⁴ na região, por volta de 1500, tais lembranças se fazem presentes até hoje no imaginário popular do país e estão atreladas ao seu nacionalismo emergente. Abul

² Por meio do Islã elementos democráticos teriam se desenvolvidos, como a prioridade do coletivismo e da opinião pública, e a forma comum de auto-organização: a exemplo da *makhalli*/assembleias e dos *aksakal*/conselhos (Tookson 2001).

³ O qual conquistou o território de toda a Ásia Central ocidental, Irã, Cáucaso, e a região das estepes ao sul e ao norte do Mar de Aral no século XV (Lubin 1995). O governo do líder turco também foi o conhecido pelo último florescimento intelectual da Transoxânia, reunindo em sua capital, Samarkand, o Renascimento Timúrida da cultura e da arte persoisolâmica com o desenvolvimento da língua Chaghatay e de uma grande variedade de projetos de construção religiosa e palaciana nos centros populacionais do país (Rodrigues 1999).

⁴ Alaolmolki afirma que "embora o nome uzbeque tenha se tornado oficial sob o sistema soviético em 1918; anteriormente, havia um Khan chamado Uzbeque (1282-1342), que vagava com seu povo no atual Cazaquistão, e a ele é creditada a conversão dessas tribos nômades ao Islã na Horda de Ouro. No século XV, este grupo migrou para o sul, estabelecendo posteriormente os canatos de Khiva e Bukhara" (Alaolmolki 2001, 75).

Khair (1412-1468), um dito descendente de Genghis Khan, tentou formar um Estado uzbeque unitário durante o século XV, no entanto, seus descendentes só garantiram uma hegemonia transitória nos polos de poder do antigo Império Timúrida no século XVI (Hambly 1985).

Pode-se dizer que, ao contrário de sua contraparte cazaque, os nômades uzbeques se estabeleceram como uma sociedade agrícola na região (em Bukhara e Khiva). Logo, se consideravam os últimos bastiões do sedentarismo e do Islã na Ásia Central (Alaolmolki 2001).⁵ Além disso, embora fossem frequentes os ataques externos às áreas assentadas de seus canatos, “uma identidade nacional comunal foi capaz de emergir em um nível étnico, linguístico e literário no período” (Capisani 2000, 105). Essa identidade foi acompanhada de expressões de arte associadas à maioria das civilizações persas estabelecidas anteriormente no local.

Costumes comunitários e uma cultura de hospitalidade surgiram por volta do início do século XIX, e a literatura Chaghatay desenvolveu-se ao lado da literatura persa, enquanto ambas complementavam as tradições orais dos pastores nômades (Capisani 2000). Entretanto, apesar das características sedentárias, culturais e religiosas compartilhadas, o surgimento do poder russo na região, após conquistadas as hordas tribais cazaques a norte, coincidiu com uma crescente fraqueza e desunião⁶ entre o Canato de Khiva, o Emirado de Bukhara (qual englobava Samarkand) e o recente emancipado: Canato de Khoqand (qual incluía porções orientais de Bukhara e Tashkent, atual capital do país), que já

se encontravam debilitados por suas fragilidades econômicas,⁷ e careciam, na ausência de tropas modernas e da capacidade organizativa das elites locais, de uma resistência ordenada contra o poderio militar czarista (Golden 2011).

Entre 1865 e 1881, apesar de impostas duras derrotas aos russos, foi subjugada à relação protetoral toda a extensão de Khoqand (1865), posteriormente incorporada ao Império sob o nome de Oblast de Fergana, Bukhara (1865-1866), Khiva (1873) e a região transcaspiana equivalente ao atual Turcomenistão, declarada um oblast subordinado ao vice-reinado do Cáucaso (Hambly 1985). Os russos ocuparam ainda as cidades de Merv, Herat e Kushka (as duas últimas afegãs), uma região que, do ponto de vista geoestratégico, era o pivô da disputa por influência política regional entre Rússia e Grã-Bretanha⁸ no período (Hopkisk 1990).

No plano interno, os governantes de Bukhara e Khiva concordaram em abolir a escravidão, e concederam aos forasteiros russos o direito de residência, bem como o livre comércio de seus produtos no local e sua independência política no nível externo. Nos oblasts submetidos ao governo-geral do Turquestão, houve um esforço em padronizar o sistema de leis, construir estradas e prédios públicos, enfraquecer as aristocracias assentadas e nômades, desapropriar as terras da população nativa, explorar a agricultura na máxima extensão possível e promover a colonização⁹ (Abdullaev, Khotamov, e Kenensariiev 2011).

Não demorou, no entanto, para que o descrédito internacional do pós-Guerra Russo-Japonesa (1905) somado a evidente falência na política

⁵ Capisani (2000) escreve que os clãs dissidentes dessas tribos mais tarde ficaram conhecidos como cazaques e que Muhammad Shaybani Khan, um uzbeque descendente de Abul Khair, continuou os esforços de seu antecessor para consolidar, nos centros do Império Timúrida, o canato uzbeque (qual permaneceu majoritariamente intacto sob o governo dos descendentes de Shaybani até a aquisição russa no século XIX).

⁶ Um exemplo pode ser traduzido por meio das guerras por território e influência política entre o Canato de Khoqand e o então Emirado Bukhara (desde a invasão iraniana chefiada por Nader Xá, em 1740, governado por Emires e não mais por Khans) (Golden 2011).

⁷ É importante lembrar que desde as descobertas das novas rotas comerciais marítimas, estas que passaram a deslocar todo o eixo econômico entre Ocidente e Oriente para os oceanos Atlântico e Índico, centros comerciais como Bukhara, Merv e Samarkand começaram a declinar constantemente (Hambly 1985).

⁸ Presente ali na forma do Raj Britânico (Índia, Paquistão, Bangladesh e Mianmar). No episódio conhecido por “Grande Jogo”, os britânicos travaram duas conflagrações contra o Afeganistão, conhecidas como a Primeira Guerra Anglo-Afegã (1839-1842) e a Segunda Guerra Anglo-Afegã (1878-1880) na tentativa de dissolver a influência russa sobre a região. Este estado de “tensão” entre os dois impérios perdurou até a criação da Entente Anglo-Russa, um tratado assinado em 1907 (Hambly 1985).

⁹ Konstantin Petrovich von Kaufman, o governador geral do Turquestão, propôs nacionalizar todas as fazendas familiares, deixando seus antigos proprietários com direitos limitados ao uso permanente da terra. Além disso, uma rede de ferrovias facilitou o transporte regular de matérias-primas e mercadorias em zonas estratégicas entre a colônia e a metrópole de norte a sul para fomentar a tardia industrialização no Centro por meio do escoamento dos recursos locais (Abdullaev, Khotamov, e Kenensariiev 2011).

doméstica do Império abrisse caminho para o processo revolucionário socialista. O avanço do colapso político, econômico e social e a queda do czarismo, com a Revolução de Kerensky, em fevereiro de 1917, resultou em uma forte politização das *intelligentsias* reformadoras existentes no Turquestão, que encontraram no fim do despotismo colonial a possibilidade do florescimento nacional. Enquanto o Estado imperial reconhecía as diferenças entre colonos e nativos, institucionalizando-as em práticas jurídicas e se preocupando unicamente com a manutenção da lei e da ordem, tal diferença colonial foi abolida pela Revolução Russa (Khalid 2015).

O governo provisório e o posterior governo Bolchevique declararam que todos os súditos do império russo eram cidadãos livres e iguais, independentemente de sexo, religião ou etnia, e concedeu a todos o mesmo direito de voto (Abdullaev, Khotamov, e Kenensariyev 2011). Neste contexto, uma gama de novas atividades marcou o renascimento cultural na região, por meio do teatro, da poesia e do próprio jornalismo. Essas mudanças abririam caminho para a reforma da linguagem escrita, há muito tempo presente na agenda dos *jadídeos*,¹⁰ no sentido de aproximá-la do discurso cotidiano e da ortografia (Abashin et al. 2011). Outra grande mudança, também defendida pela *intelligentsia* desde antes da Revolução, se concentrava no papel das mulheres na sociedade local, possuindo como principais preocupações a educação e o casamento infantil. No início da década de 1920, mulheres nativas, antes parte de setores marginalizados da sociedade, abandonaram o véu, no episódio conhecido como "*hujum*", e aderiram ao Partido Comunista, que havia estabelecido uma seção unicamente feminina (Khalid 2015).

De acordo com Adeeb Khalid (2006), o Estado do Uzbequistão, enquanto uma república federa-

da à URSS (República Soviética do Uzbequistão – RSS Uzbeque), surgiu dessa cooperação local durante o processo de delimitação territorial-nacional da Ásia Central em 1924. Para Khalid (2006), o projeto soviético de construção do Estado e a política das nacionalidades, geralmente atribuídos a Stalin, ao contrário do que alegam muitos estudiosos e parte substancial da literatura existente sobre o tema, procuravam justamente sanar a forte divisão política local. Além disso, a construção do Uzbequistão não era simplesmente um produto do Partido Comunista, pelo contrário, sua criação foi a vitória, nas condições soviéticas, de um projeto de nação idealizado pela *intelligentsia* muçulmana do Turquestão. Dessa forma, não apenas etnógrafos soviéticos ou funcionários do Partido foram os verdadeiros autores do Uzbequistão e da nação uzbeque, como também intelectuais nativos (Khalid 2015).

Ademais, a Revolução reformulou a concepção de nação pela *intelligentsia* local, já que, antes de 1917, os *jadídeos* geralmente entendiam o plano nacional como "os muçulmanos do Turquestão", uma nação confessional e territorialmente limitada (bastante distinta do "panturquismo" supranacional). Esse entendimento logo encontrou, na rápida etnização, a evolução da imaginação política dos *jadídeos* e do seu projeto de Estado. Assim, ao imaginarem toda a população sedentária da Ásia Central como uzbeque e reivindicando toda a tradição do Estado islâmico e da alta cultura do Império Timúrida, marco de florescimento da língua turca do Chaghatay, os "muçulmanos do Turquestão" tornaram-se "Uzbeques" e a língua "Chaghatay", modernizada com o alfabeto latino e purificada de palavras estrangeiras, a "língua uzbeque" (Khalid 2015).

Os soviéticos buscaram trabalhar interruptamente com as lideranças locais, uma vez que Moscou havia escolhido o Uzbequistão para servir

¹⁰ O movimento dos *jadídeos*, da palavra árabe para "novo", que posteriormente ajudariam a influenciar a corrente de pensadores dos "Jovens de Khiva" e dos "Jovens de Bukhara", perceberam agudamente que a principal razão da queda e da perda de soberania dos Estados centro-asiáticos estabelecidos pré-colonização se encontrava no atraso abrangente da sociedade da Ásia Central. Eles identificaram as fontes desse atraso como igualmente existentes nas esferas política, social, econômica e cultural de suas vidas e, com o tempo, mesmo com a perseguição, desenvolveram sua própria imprensa periódica e sua agenda passou a incluir uma gama ampla de questões sociais, econômicas, políticas, culturais e principalmente educacionais, através do que eles denominaram de "Novo Método". O renascimento nacional, misturando harmoniosamente elementos europeus úteis na rica cultura espiritual da religião islâmica, proposta pelo movimento, foi logo incorporado aos seus objetivos (Khalid 2015).

de centro da Ásia Central, em particular, para que Tashkent se tornasse o centro muçulmano do Islã soviético (Capisani 2000).¹¹ Outras contribuições do período entre o Partido Comunista Soviético e o Partido Comunista Uzbeque foram nas áreas da agricultura e da indústria. O algodão se tornou um importante produto para o país e sua industrialização um item primordial para o abastecimento da URSS,¹² que também investiu na safra de grãos e culturas secundárias, além do campo dos recursos energéticos, como o gás natural e o petróleo (Merritt 2004).

Na realidade, a riqueza de recursos naturais do Uzbequistão, em particular a do gás natural, permitiu o *boom* industrial do país, com sua infraestrutura sendo desenvolvida durante a década de 1930. Fábricas foram construídas e a indústria de mineração também foi implementada para apoiar a manufatura (Merritt 2004). Como indica Capisani (2000), o setor químico e a produção de triacetato de celulose no Vale do Fergana, vantajoso para a produção de bens altamente exportáveis, surgiram nesse mesmo período e são até hoje importantes setores para a economia uzbeque. Já o refino de petróleo bruto, viabilizado "pela produção de sucata de ferro do país, em Bekabad, começou a ocorrer no início da década de 1940" (Capisani 2000, 114).

As usinas de ferro e aço também são as principais razões pelas quais atualmente o Uzbequistão é um grande produtor de equipamentos industriais. Vale dizer que com a maior população da Ásia Central, o país já possuía na época a força de trabalho disponível para absorver a demanda existente, com o aumento da industrialização. Dessa forma, o desenvolvimento impulsionado pelas políticas soviéticas, além de tornar o país autossuficiente, tanto no cultivo de alimentos quanto na produção de energia, ajudou a aliviar a pressão da opinião pública sobre uma possível

"emancipação política" do bloco (Aydin 2004).

Em meados da década de 1980, entretanto, a política de Mikhail Gorbatchov da *Perestroika* e da *Glasnost* gerou um aumento de partidos políticos no país. Alguns dos principais partidos que se desenvolveram durante este período foram o Movimento *Birlík* ("Unidade"), o Partido *Erk* ("Liberdade") e o não oficialmente reconhecido Partido do Renascimento Islâmico (IRP). O *Birlík* foi fundado em 1988 por intelectuais uzbeques e consistia na união de movimentos seculares e nacionais, enquanto o *Erk* foi desenvolvido em 1990 por um grupo dissidente do *Birlík* e era composto por grupos de nacionalistas moderados que tinham em sua agenda ideias do panturquismo, e o IRP, criado em 1990 na Rússia, especificamente em Astrakhan, e popular nos redutos rurais, buscava unir as tradições comunista e muçulmana da Ásia Central. Todos reunidos impactariam o Uzbequistão após sua independência (Merritt 2004).

Da súbita independência ao governo de Islam Karimov (1991 – 2016)

Apesar de repentinos, quando os primeiros vestígios de dissolução do sistema soviético começaram a se tornar evidentes, o Uzbequistão logo iniciou seu processo de separação da confederação. Islam Abduganievich Karimov foi eleito pelo Soviete Supremo em 24 de março de 1990,¹³ após atuar como primeiro secretário do Partido Comunista Uzbeque. Mesmo antes romper com a URSS oficialmente e proclamar independência em 31 de agosto de 1991, o país declarou sua soberania em 20 de junho de 1989 (Omelicheva 2015). No entanto, para Capisani, em meados do mesmo ano, o Uzbequistão não era mais o bastião da autoexpressão incentivada pela *Perestroika*; em vez disso, era "mais como

¹¹ Uma vez que havia uma grande população muçulmana na Ásia Central, a URSS se preocupou especificamente com a questão do Islã, uma vez que a região do Uzbequistão sediava centros religiosos importantes, especialmente em Tashkent, sendo o mais importante o Conselho Religioso Muçulmano (Capisani 2000).

¹² De acordo com Roy (2000, 79), no entanto, "[a] estrutura econômica e política do Uzbequistão (que alguns descreveram como uma 'república do algodão') o predispôs perigosamente a um sistema de clientelismo e corrupção. No 'escândalo do algodão' de 1983 e com o advento da *Perestroika*, ocorreu um expurgo em massa das autoridades uzbeques. Apelidados de 'máfia do algodão' ou 'máfia uzbeque', esses funcionários foram acusados de relatar números falsos na safra de algodão e roubar uma grande soma de dinheiro da URSS".

¹³ Quando foi eleito pelo parlamento da era soviética para substituir Rafik Nichanov, presidente da República Soviética do Uzbequistão (Omelicheva 2015).

um país 'a caminho do subdesenvolvimento' do que a 'vitrine' islâmica soviética para o Oriente Médio e Próximo" (Capisani 2000, 81).

Após a Independência, Karimov organizou as primeiras eleições do país. De acordo com Merritt (2004, 56), "ele assumiu a imagem de fiador da estabilidade política e defensor das tradições nacionais, inclusive daquelas mais distantes dele, como a religião". O pleito de 1991 foi marcado pela participação nas urnas de 95% dos eleitores, com Karimov sendo eleito com 86% dos votos. Ainda assim, apenas dois partidos foram autorizados a concorrer nas eleições daquele ano, o partido Erk, liderado por Muhammad Salih (e única oposição de Karimov), que recebeu escassos 12,3% dos votos e o Partido Democrático Popular, que foi fundado por ex-membros "conservadores" do Partido Comunista Uzbeque no outono de 1991 (Merritt 2004).

Campanhas "contra a repressão" foram adotadas assim que o novo presidente foi eleito e, de acordo com Merritt (2004), efetivamente paralisaram movimentos de oposição e partidos políticos.¹⁴ Restrições e suspensões àqueles que o governo considerava estarem "atrapalhando" o processo de democratização foram impostas, a censura da mídia limitou o acesso das pessoas à informação e impediu práticas jornalísticas livres. Além disso, o Estado passou a dominar os principais setores da economia uzbeque, desempenhando o papel de proprietário, distribuidor e regulador dos processos econômicos, além de protetor social da população (Omeliicheva 2015).

Giampaolo Capisani (2000) defende que Karimov procurou com isso, e com a formulação da constituição do Uzbequistão de 1992 (substituta da constituição soviética de 1977), aumentar o poder da presidência; "de acordo com o Presidente, um estilo autoritário de liderança presidencial foi o melhor, senão o único, meio de superar a instabilidade e os conflitos sociais e étnicos" (Capisani 2000, 82). Na esteira, buscando garantir a unidade nacional, Karimov apostou na abordagem nacionalista, resgatando o passado glorioso da "poderosa herança uzbeque". Estátuas de Marx e

Lenin foram substituídas por grandes ornamentos de Tamerlão nos centros do país, e o então Lenin College também foi renomeado, tornando-se Timur College. Em 1995, Karimov estendeu seu mandato até 2000 por meio de um referendo amplamente criticado pela oposição ao governo.

Ainda no final da década de 1990, Karimov introduziu um novo slogan, "Do Estado forte a uma sociedade civil forte", que se popularizou na década de 2000, após ser reeleito com 91,9% dos votos. Em essência, esta iniciativa presidencial sinalizou a devolução da autoridade do Estado a várias instituições locais, como o *mahalla*, conhecido como a epitome da autogovernança nativa e da sociedade civil. Como resultado dessas reformas de descentralização, o *mahalla*, que consiste em bairros de 2.000 a 10.000 residentes, unidos em torno de modernos complexos de apartamentos ou blocos de residências familiares relativamente espalhadas, assumiu a administração do estado crítico dos serviços públicos, como a cobrança de tarifas e o desenvolvimento de negócios locais (Omeliicheva 2015). Além disso, a administração do *mahalla* foi incumbida de monitorar as práticas religiosas e servir como "vigilância" da vizinhança contra os "inimigos do Estado" (Dadabaev 2013).

Como parte dessas reformas, em janeiro de 2002, um referendo nacional aprovou emendas à constituição uzbeque que estendia a duração dos mandatos presidenciais de cinco a sete anos e criava uma legislatura bicameral, *Oliy Majlis*, constituída de uma câmara, cujos membros são eleitos diretamente, e outra, cujos membros são nomeados pelo presidente e selecionados pelos órgãos legislativos locais (Dagiev 2013). No ano seguinte, em 2003, o cargo de primeiro-ministro foi criado por meio de emenda à Constituição. De acordo com o presidente, após a nomeação do primeiro primeiro-ministro, pretendia-se criar "três poderes fortes no governo para corrigir a situação do Uzbequistão" (Omeliicheva 2015). No entanto, para Aydın Gülşen (2004), embora a administração Karimov gostasse de apontar a existência de um sistema multipartidário, apenas

¹⁴ Para Merritt (2004), esta paralisação ocorreu com os partidos da oposição (Erk, Birlík e o IRP) sendo privados de direitos em 1992, e com a diminuição da supervisão parlamentar e da independência do judiciário.

partidos abertamente pró-governo e pró-Karimov podiam operar legalmente no país.

O presidente, que antes do primeiro mandato havia realizado seu juramento de responsabilidade presidencial sobre o Alcorão (em 1992), também mudou de direção em relação à herança muçulmana do Uzbequistão, endurecendo seu discurso contra grupos islâmicos no país (Aydın 2004). Na realidade, o espectro de possíveis Revoluções Coloridas deixou a administração Karimov desconcertada e uma torrente de violência em fins da década de 1990 na região, imputada pelo presidente aos combatentes islâmicos, forneceu ao governo um pretexto para endurecer suas medidas de segurança e aumentar seu controle sobre os visitantes do país e seu próprio povo (Omeliicheva 2015). O presidente em um discurso no rádio em 1º de maio de 1998, declarou: "tais pessoas [extremistas islâmicos] devem ser baleadas na testa. Se necessário atirarei nelas eu mesmo" (Capisani 2000, 84).

O fato é que o Vale Fergana, considerado o berço do Islã na Ásia Central, estava em polvorosa uma vez que a Guerra Civil Tadjique, a leste, e o controle do Afeganistão pelo Talibã, a sul, fizeram com que o radicalismo islâmico encontrasse um ambiente amistoso para sua difusão (Aydın 2004). Após seis explosões na sede do governo uzbeque, seguidas por um intenso tiroteio na capital, em 1999, que vitimaram cerca de quinze pessoas e deixaram outras cento e cinquenta feridas, Karimov não perdeu tempo para responsabilizar os extremistas islâmicos sediados no Tadjiquistão pelo ocorrido.¹⁵ A Suprema Corte condenou seis homens à morte pelos atentados e outros vinte e dois homens foram acusados e julgados em conjunto, sem a presença das respectivas famílias, com sentenças que variaram de dez a dezoito anos em campos de trabalho forçado e vinte anos de prisão (Merritt 2004).

Os ataques terroristas contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 também surtiram efeitos no país. A "guerra ao terror" chamou a atenção do Uzbequistão, que buscava reafirmar sua posição dominante na região, e que provou ser altamente útil e estratégico, em particular, para a campanha militar dos EUA contra o Talibã no Afeganistão (Merritt 2004). O país foi um dos poucos da Ásia Central a permitir que os americanos mantivessem uma base militar em seu território, o que, contrariamente, não agradou ao Talibã e ampliou o radicalismo islâmico local. Em uma carta ao ministro das Relações Exteriores do Uzbequistão, Kamilov, o Talibã emitiu um grave alerta:

Esta não foi a primeira agressão realizada a partir de seu território em nosso solo sagrado [...] O Emirado Islâmico do Afeganistão também alerta o povo muçulmano do Uzbequistão para que seu governo entenda que não deve se envolver na guerra, caso contrário, será difícil encontrar uma saída. (Danielson 2001).¹⁶

Para Nicole Merritt (2004), o Hizb-ut-Tahrir (HT) e o Movimento Islâmico do Uzbequistão (IMU), dois grupos islâmicos ativos no país, que objetivam estabelecer um califado no "antigo império otomano", cresciam popularmente devido às dificuldades sociais e as políticas autoritárias do governo.¹⁷ Em março de 2004, quando várias explosões ocorreram em um mercado de Tashkent,¹⁸ vitimando duas pessoas e ferindo pelo menos vinte, centros policiais pareciam ser os principais alvos, e não civis, como foram os casos dos ataques terroristas em Nova York, Bali e Madrid (Merritt 2004). Muitos críticos acreditam que Karimov usou os atentados como um pretexto para perseguir grupos religiosos que ameaçavam seu poder; no entanto, é importante ressaltar que a postura dura do presidente contra os supostos terroristas foi apoiada por "uma nação preocupada com a ameaça do tipo de violência

¹⁵ Alaolmolki (2001) afirma que os militantes islâmicos não eram os únicos a ressentir-se de Karimov e de sua administração. Ele cita que havia outros grupos insatisfeitos que incluíam vários ex-funcionários do governo, que Karimov havia dispensado no ano anterior. Além disso, o tráfico de drogas se tornou um problema sério e, portanto, há um argumento plausível de que algum grupo narcotraficante poderia ter facilmente perpetrado o crime. "Por último, mas não menos importante, as explosões e a tentativa de assassinato também podem ter sido obra de dissidentes internos estimulados pela piora da economia" (Alaolmolki 2001, 78).

¹⁶ O severo aviso do Talibã causou alguma preocupação em Karimov, que diminuiu sua ânsia de ajudar os EUA, chegando a anunciar que qualquer atividade originada no Uzbequistão seria apenas para esforços humanitários (Danielson 2001).

¹⁷ Para alguns estudiosos, a adesão popular a estes grupos se tornou atraente especialmente para aqueles que sentem não possuir uma voz verdadeira no Uzbequistão (Merritt 2004).

¹⁸ O governo uzbeque, que definiu o ataque como "terrorista" antes que qualquer grupo reivindicasse o crédito, atacou o esconderijo de uma suposta facção, no dia seguinte, executando cerca de vinte indivíduos suspeitos (Merritt 2004).

que deixou os vizinhos Tadjiquistão e Afeganistão em ruínas” (Alaolmolki 2001, 79).

A situação, no entanto, agravou-se em 2005, quando o governo uzbeque expulsou de seu território muitas organizações internacionais ocidentais conhecidas por sua defesa dos direitos humanos e esforços para a promoção da democracia.¹⁹ No mesmo ano, tropas do governo dispararam sem aviso contra uma multidão de manifestantes em Andijan, matando centenas de pessoas e culpando os combatentes islâmicos por instigarem os distúrbios. A recusa do governo em permitir uma investigação internacional sobre o incidente levou a União Europeia a impor sanções ao país, incluindo um embargo de armas e a proibição de viagens ao exterior de funcionários do alto escalão uzbeque. Quando os EUA se juntaram ao coro de críticas, o gabinete de Karimov convocou o despejo das tropas americanas da base aérea de Karshi-Khanabad (K-2) (Omeliicheva 2015).

Da mesma forma que Karimov atuou com mão de ferro na questão de segurança, o presidente adotou uma abordagem pesada em relação à economia, mantendo a “terapia de choque” como principal método para a liberalização econômica. Não podendo mais contar com os subsídios de Moscou, o Uzbequistão precisou aumentar rapidamente sua receita contando com seu principal recurso, o algodão (Capisani 2000, 85). Isso era problemático, uma vez que o país também precisava aumentar sua produção de alimentos agrícolas para atender às necessidades internas e corria o risco de se tornar dependente de suprimentos estrangeiros, em particular, dos suprimentos russos. Essa pressa para se tornar economicamente independente levou a disputas com a Rússia na busca por parceiros comerciais fora da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) (Capisani 2000)²⁰.

No início da independência, a política econômica pós-soviética do Uzbequistão seguiu o estilo soviético de subsídios econômicos e controle sobre

os preços e sobre a produção; no entanto, a alta inflação forçou o governo a afrouxar os controles econômicos e expandir a privatização.²¹ As reformas instituídas, ainda assim, não conseguiram proporcionar nenhuma mudança significativa, o que prejudicou o processo em direção à economia de mercado e também limitou o recebimento de investimentos estrangeiros (Omeliicheva 2015). Ainda em janeiro de 2004, os EUA cancelaram a elegibilidade do país no recebimento de assistência financeira, decorrente da “tortura policial” e outros “abusos civis” (The Economist 2004). Além disso, o Banco Mundial e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) também sinalizaram impaciência em relação à lenta reforma econômica do país.

Ostracizada pelos governos ocidentais e isolada em suas relações internacionais, a administração Karimov, após ter estendido novamente seu mandato até 2007, intensificou várias medidas com o objetivo de reconstruir sua reputação nos anos posteriores ao episódio de Andijan (Dagiev 2013). Nomeadamente, reformou seu processo de detenção pré-julgamento e incorporou novos regulamentos de *habeas corpus* ao seu código penal, exigiu que um juiz analisasse as prisões em 72 horas, além da adoção de outras disposições específicas em seus códigos criminais e processuais, proibindo a tortura e a obtenção de provas sob coação. O governo também iniciou a digitalização dos registros policiais em um esforço para conter a corrupção nas agências (Omeliicheva 2015). Algumas dessas mudanças foram elogiadas pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que, no entanto, concluiu: “A legislação eleitoral do Uzbequistão continua insuficiente; além disso, a falta de liberdade política genuína, na carência do pluralismo político, e com o baixo respeito pelos direitos humanos, permanecem sendo as deficiências mais flagrantes do governo Karimov” (OSCE/ODIHR 2009).

¹⁹ Incluindo a Freedom House, a BBC, a Eurasian Foundation e a IREX, e as atividades de agências ocidentais como a USAID e a Human Rights Watch (Omeliicheva 2015).

²⁰ Posteriormente, as relações com a Rússia foram restauradas em conjunto com o Tratado de Segurança Coletiva. O tratado, que dizia respeito a uma força de intervenção militar integradora da CIS, entrou em vigor em julho de 2003 (Merritt 2004).

²¹ Importa ressaltar que a população daqueles países também estava diminuindo, à medida que um êxodo em massa de russos começou a retornar para a Rússia, deixando lacunas nas sociedades e nas economias centro-asiáticas, ao reduzir não apenas o índice populacional, mas também a força de trabalho disponível na região. Além disso, muitos russos ocupavam cargos dentro do governo do Uzbequistão, que ficaram vagos com a sua saída. As estimativas situam a migração entre os anos de 1991 e 1997 em torno de 2,2 milhões (Capisani, 2000).

Após vencidas as eleições de 2007, e o pleito seguinte, de 29 de março de 2015 (em ambos recebendo mais de 90% dos votos), Islam Karimov faleceu em setembro de 2016, aos 78 anos de idade, vítima de um acidente vascular cerebral. A constituição do país determinou que um novo processo eleitoral deveria ocorrer em três meses após a morte de Karimov, que foi sucedido na presidência pelo ex-primeiro-ministro (2004-2016), Shavkat Mirziyayev, eleito com 88,6% dos votos no pleito daquele ano (RFE/RL 2016). O novo presidente vem realizando novas reformas no setor econômico do país, tornando-o mais competitivo e integrado às dinâmicas regionais da Ásia Central, principalmente no que diz respeito à sua expressiva aproximação com a República Popular da China (Marszewski 2018).

Analizando os indicadores democráticos da administração Karimov

Em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Joseph Schumpeter (1950) se contrapôs ao que ele chamou de "teoria clássica da democracia" (definida por "a vontade do povo" e "o bem comum"). Segundo ele, a democracia nada mais é do que um método político, um mecanismo para a escolha das lideranças políticas (Schumpeter 1950). Sua contribuição foi seguida por Robert Dahl (1971), que estabeleceu condições "mínimas processuais" para uma democracia política moderna (ou para uma poliarquia, nos termos do autor) sejam elas: 1. Funcionários eleitos; 2. eleições livres e justas; 3. sufrágio inclusivo; 4. direito de concorrer a cargos eletivos; 5. liberdade de expressão; 6. informações alternativas e 7. autonomia de associação política.

Apesar de ser o conceito moderno mais aceito pela literatura especializada, pode-se levar em consideração também o trabalho de Samuel Huntington (1991) que, convergindo com Dahl (1970), considerou como essenciais para o processo de democratização a contestação e a participação política, bem como as liberdades civis, de expressão, de imprensa e de associação. Para Huntington (1991), um sistema poderia ser considerado "antidemocrático" na medida em que nenhuma oposição

fosse permitida nas eleições, ou que esta fosse reprimida e/ou hostilizada; que os jornais fossem censurados; e os votos manipulados" (Huntington 1991, 7). A "homogeneidade comunal" (étnica, racial e religiosa) e a "contestação política antes da participação política", além do desenvolvimento de uma "economia de mercado", também são listados pelo autor como termômetros qualitativos de uma democracia moderna (Huntington 1991, 37).

Levando em consideração estes indicadores, pode-se analisar a constituição do Uzbequistão e os episódios recentes de sua história para que assim se possam identificar as dificuldades de seu processo de democratização. Oficialmente, o país é uma república democrática, laica, constitucional unitária que declara e protege as liberdades civis, semelhante à maioria das democracias modernas (Uzbequistão 1992). O artigo 7 do capítulo II afirma que o povo é a única fonte de poder do país. Seguindo, no capítulo V, encontram-se os direitos, liberdades e obrigações da pessoa e do cidadão do Uzbequistão, o artigo 18 inicia o capítulo estabelecendo a igualdade geral perante a lei "independentemente das diferenças de gênero, raça, nacionalidade, idioma, religião, crenças e posição social". No capítulo VII, o artigo 24 refere-se ao direito à vida, enquanto o artigo 25 e 26 estabelecem, respectivamente, a proteção contra a prisão e detenção ilegais e a garantia de julgamentos abertos, onde a suposição de inocência é resguardada (Uzbequistão 1992).

Além disso, ainda no artigo 26, existe uma declaração que condena a "tortura, violência ou outro tratamento cruel ou degradante para a humanidade". Nas sequências, os artigos 27, 28 e 29, respectivamente: proíbe a busca e apreensão ilegais, declara a liberdade de circulação no país e a liberdade de pensamento, expressão e crença. O capítulo VIII, qual trata especificamente dos "direitos políticos" de seus cidadãos, concede o direito de ser socialmente ativo por meio de "protestos, reuniões e manifestações" (artigo 33) e de adesão a "sindicatos, partidos políticos e outras associações sociais" (artigo 34). A Constituição do Uzbequistão proíbe, no entanto, a filiação a partidos políticos, movimentos ou associações que

possuem como objetivo a mudança violenta do sistema constitucional; protestos contra a soberania, a integridade, a segurança da república ou os direitos e as liberdades constitucionais de seus cidadãos; defesa da animosidade bélica, social, nacional, racial ou religiosa; ou que se constituem em organizações armadas e/ou partidos políticos de base étnica/religiosa. (Uzbequistão 1992, art. 57).

No capítulo XIII, que trata sobre as associações sociais, o artigo 61 prevê a separação entre religião e Estado, enquanto no capítulo XV, sobre os meios de comunicação de massa, o artigo 67 afirma: "[o]s meios de comunicação de massa não são impedidos e funcionam de acordo com a lei. Eles são, na forma estabelecida, os responsáveis pela confiabilidade de suas informações". Logo a seguir, no Capítulo XIX, os artigos 89 a 97, descrevem os deveres e funções do presidente: "[o] presidente da República do Uzbequistão é o chefe de Estado e do poder executivo da República do Uzbequistão. O Presidente da República do Uzbequistão é simultaneamente o Presidente do Gabinete de Ministros", "Ele também é o Comandante Supremo das Forças Armadas" (artigo 93) e, de acordo com o disposto no capítulo XVIII, que abrange o Parlamento, o presidente do país ainda possui o direito de "participar de uma sessão do Parlamento da República do Uzbequistão ou uma de suas agências" (Uzbequistão 1992).

Sobre o sistema eleitoral e a eleição presidencial, "geral, igual e direta", o artigo 117 do capítulo XXIII, estabelece que os cidadãos do país possuem o direito de eleger e serem eleitos para agências representativas por meio do sufrágio universal, concedido a todos os uzbeques com 18 anos ou mais, além de também incluir que "o direito ao voto, a igualdade de voto e a liberdade de expressão, por meio do voto, são garantidos por lei" (Uzbequistão 1992). Para concorrer a um cargo eletivo, ainda assim, a Comissão Eleitoral Central (CEC) do país (estabelecida pela lei de 1993 sobre eleições parlamentares) exige que o candidato seja indicado por um partido político registrado no Ministério da Justiça; no entanto, para Merritt (2004), os partidos de oposição possuem dificuldades em se registrar, em particular, os partidos islâmicos (como o IRP).

Nesse sentido, embora possua uma constituição que estenda o braço presidencial e políticas de lenta liberalização econômica em direção à economia de mercado, a República do Uzbequistão parece fornecer as garantias necessárias para a existência da poliarquia de Dahl (1970), especificamente nos campos da "liberdade de formar e ingressar em organizações políticas", do "direito ao voto", do "direito dos líderes políticos competirem democraticamente", e de "eleições livres e justas". De acordo com Merritt (2004) e Aydin (2004), no entanto, o país não atende na prática a esses requisitos em quase todas as funções, em particular, no que diz respeito aos dois componentes básicos da poliarquia de Dahl (1970) e da concepção democrática de Huntington (1991), a contestação e participação política.

Além disso, ainda que o país possua o potencial da "homogeneidade comunal", descrito por Huntington, o uso do "nacionalismo" como um dispositivo de propaganda encontrou, segundo Melvin (2004), dificuldades em classificar uma nacionalidade compartilhada e em desenvolver a homogeneização de uma diversidade cultural subjacente, o que pode ser observado na forma como Karimov lidava com a elite nacional, detentora da riqueza econômica do Estado, e composta por uma variedade de clãs e grupos de interesses conflitantes, que, de alguma maneira, continuaram fiéis ao presidente. Mariya Omelicheva (2015), explica que uma estrutura de elite foi forjada rapidamente após a independência do país e que concorrentes foram eliminados e substituídos por legalistas. Todos os cargos, exceto o do próprio presidente, estavam sujeitos a altos graus de rotatividade e instituições semelhantes à antiga Escola Superior do Partido Comunista foram estabelecidos para treinar uma nova elite nacional, da qual uma geração mais jovem de figuras tecnocráticas passaram a integrar o governo nos últimos anos (Melvin 2004).

Ademais, apesar do fator de heterogeneidade da população poder ser desenvolvido a ponto de se tornar um promotor democrático, existem no Uzbequistão, clivagens transversais importantes não incluídas na sociedade civil, fazendo com que

a democracia possua níveis baixos de adesão popular, o que pode ser visto, por sua vez, na falta de uma oposição significativa ao governo. Esse fator pode ser acompanhado pelas restrições impostas ao registro de partidos políticos, descritas anteriormente. O Ministério da Justiça alega que os partidos islâmicos violam a disposição constitucional de separação entre religião e Estado (artigo 61 e em menor grau, artigo 12), bem como a Lei dos Partidos Políticos de 1996 (Merritt 2004). Pode-se dizer, dessa forma, que ambos os aspectos contribuem para que o “desenvolvimento da contestação política antes da participação política” encontre dificuldades para progredir no Estado uzbeque.

O professor Arslan Tookson (2001) apresenta um contraponto a essas interpretações que afirmam não existir oposição ou sistema multipartidário na república. Para ele, o governo de Karimov foi necessário para a evolução política da república, e a “falta de uma oposição” não necessariamente significa uma redução do processo de democratização. Tookson (2001) relata que o público adquiriu uma percepção um tanto distorcida e incorreta da oposição política como uma força reacionária e destrutiva, obcecada pela aspiração de chegar ao poder a qualquer preço. Essa percepção serve de base para um estereótipo de “inimigo da democracia”, frequentemente associado a partidos e movimentos políticos cujas visões e posições sobre o Estado, a estrutura política da sociedade e o desenvolvimento socioeconômico do país diferem da “doutrina” oficial. Enquanto o estágio inicial do período de transição viu o surgimento de associações públicas bastante politizadas,²² o declínio da euforia gerou apatia política:

Pesquisas realizadas em 1994 no país mostraram que apenas 13,2% dos entrevistados se interessavam por política; 31,9% se interessavam apenas moderadamente, enquanto 51,6% eram totalmente indiferentes. Quanto aos partidos e movimentos políticos, devido à sua própria inércia, na ausência de uma base

social suficientemente forte, eram geralmente impopulares. De acordo com as mesmas pesquisas, 65,4% dos entrevistados desconheciam totalmente a existência do Partido Democrático do Povo do Uzbequistão (PDPU), 99,3% não conheciam o partido de oposição Vatan Taraqqiyoti, 93,1%, o Partido Erk, e 93%, o Birlík. Não foi nenhuma surpresa que o PDPU obteve 30,6% e o Vatan Taraqqiyoti, meros 9,8% dos votos na eleição para o *Oliy Majlis* daquele ano. (Tookson 2001).

Como resultado, o público tende a ficar com a impressão de que a democracia do país está em uma forma embrionária, especialmente os pesquisadores ocidentais que, de acordo com Tookson (2001), distorcem as disposições constitucionais sobre o sistema multipartidário do Uzbequistão. No entanto, as eleições parlamentares de dezembro de 1999 mostraram uma crescente participação dos partidos na vida política do país. De acordo com a pesquisa realizada antes do pleito, 89,3% dos entrevistados iriam participar das eleições presidenciais e parlamentares, e 92,2% dos entrevistados mostraram interesse no processo eleitoral. A mesma pesquisa também mostrou que os homens demonstraram maior ativismo do que as mulheres com 90,5% e 88%, respectivamente, além revelar o nível de conhecimento do público em relação às especificidades dos partidos políticos da república.

O PDPU provou ser o mais conhecido, com 38,6%, seguido pelo Partido Nacional-Democrata Fidokorlar (17,8%), o Partido Adolat (13,4%), Vatan Taraqqiyoti (9,6%) e Milliy Tiklanish (4,3%). 45,5% dos entrevistados ainda distinguiram claramente entre tendências políticas e partidos por seus objetivos e metas programáticas, enquanto 30,2% dos entrevistados não sabiam dizer quais eram as diferenças entre eles, e 21,6% não viam nenhuma diferença entre as cinco partes. (Tookson 2001).

A reestruturação de instituições como o *mahalla*, no nível do governo autônomo, também pode ser vista como um dos passos mais substanciais para a consolidação dos processos democráticos do país, uma vez que essa forma de distribuição de poder independe de

²² Já em 1991, várias associações foram registradas na república; em 1995, o terceiro partido político, o Partido Social-Democrata Adolat, foi formado, elegendo representantes para *Oliy Majlis*. Quanto ao Erk e o Birlík, sua atividade foi suspensa por decisão judicial, uma vez que suas ações práticas entraram em conflito com a Constituição da República do Uzbequistão e a Lei das Associações Públicas (Tookson 2001).

considerações políticas e ideológicas e une a organização civil à estrutura do Estado (Tookson 2001). Timur Dadabaev (2013) mostra que essas instituições, primeiramente pensadas como locais para a promoção étnica e dos valores islâmicos, foi apoiada não apenas pelo governo, mas também pela intelectualidade nacionalista do país e por seus cidadãos como uma expressão da identidade cultural uzbeque. Tal valorização decorre do fato de que, já nos estágios iniciais de sua evolução, essas instituições desempenham funções e exercem os poderes que lhes são delegados observando meticulosamente a lei em suas atividades práticas.

No entanto, Tookson (2001) adverte que esse modelo de organização e divisão de poderes não está imune às falhas no processo de tomada de decisão. A distribuição de posições oficiais por favoritismo, parentesco, nepotismo, lealdade e devoção pessoal cria um sistema fechado, baseado na arbitrariedade e na ilegalidade. Para o professor, uma autoridade governante forte no período de transição se faz necessária para proteger a própria democracia, assim como a democratização, por sua vez, deve promover e proteger um forte poder estatal. Ao analisar essa inter-relação entre democracia e poder, é importante enfatizar que a democracia não pode evoluir sem depender de uma autoridade governante forte. Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que instituições estatais fortes não garantem necessariamente uma democracia plena, enquanto órgãos de poder estatal fracos tornarão o sistema democrático ineficaz ou existente (Tookson 2001).

Em outras palavras, a delegação pelo Centro de uma série de suas funções e poderes pode ser vista como democratização da subordinação verticalmente integrada, o que naturalmente liberaliza o poder do Estado no nível local, dando mais direitos aos órgãos públicos autogovernados. Não há dúvida de que a democracia não pode prescindir dos atributos geralmente aceitos (e já bastante debatidos nas obras de Dahl e Huntington), como parlamento, sistema multipartidário, diversidade de formas de propriedade e assim por diante. No entanto, não é o número de partidos

ou movimentos políticos, nem o número de leis e regulamentos que definem em última instância o nível de democratização de um país.

Conclusão

A Ásia Central se configurou, ao longo dos anos, em uma região de intensos recortes geográficos, cuja formação histórico-social híbrida agregou em um vasto território populações nômades e sedentárias esparsas e elementos culturais e civilizacionais diversos (Rodrigues 1999). Esses fatores reunidos, sobretudo a herança das grandes civilizações e dos povos sedentários, deram forma às principais cidades do Uzbequistão moderno, importantes elos geoestratégicos entre os circuitos econômicos internacionais da antiguidade. Acima de tudo, a região que atualmente é chamada de Uzbequistão jamais possuiu uma unidade política singular e por séculos esteve fragmentada politicamente, reflexo do extenso histórico de invasões e de sua posição ponte entre Ocidente e Oriente (Lubin 1995).

Além disso, apesar dos poucos aspectos modernizadores positivos, a abordagem do Império Russo em relação à colonização da região deixou uma marca profundamente negativa nas condições sociais e econômicas dos povos nativos, principalmente quanto à questão do uso da terra, que empobreceu uma população (já excluída do sistema social do Império) e transformou a região em um apêndice agrário, produtor de matérias-primas para metrópole (Abdullaev, Khotamov e Kenensariiev 2011). Com a Revolução Russa, em geral, houve uma reordenação das sociedades centro-asiáticas em torno do Estado, embora existam autores que continuam defendendo que os soviéticos realizaram a divisão da Ásia Central em repúblicas nacionais como uma forma clássica da estratégia britânica de dividir para conquistar e lançaram um ataque direto aos costumes tradicionais, concentrando-se na condição da mulher (Roy 2000, Aydın 2004 e Merritt 2004).

Adeeb Khalid, no entanto, afirma que tal formulação ignora as tendências de longo prazo na imaginação histórica e nacional dos intelectuais modernistas da Ásia Central, uma vez que os

centro-asiáticos não chegaram à Revolução de 1917 com uma página em branco. Em vez disso, essas sociedades estavam no meio de intensos debates sobre o futuro, sendo o *hujum*, a reforma ortográfica, e a posterior campanha de coletivização o auge de um esforço de décadas para transformar a sociedade tradicional (Khalid 2015). Desta colaboração inquietante entre a *intelligentsia* local e a URSS, criaram-se estruturas, viabilizadas pelo novo regime político, que radicalizaram os projetos preexistentes e resultaram na criação do Uzbequistão. Não é à toa que, por causa de sua identidade sedentária e história compartilhada, o país hoje talvez seja, de todas as repúblicas da Ásia Central, o que mais mantenha as características de um Estado-nação (a exemplo da herança cultural, territorial e civilizacional milenar e da língua Chaghatay).

Na realidade, segundo Rodrigo Ianhez (2020), ao observarmos a totalidade do quadro que remonta aos conflitos milenares de uma região comprimida entre grandes potências, é possível afirmar que os anos em que a Ásia Central esteve sob a égide do domínio soviético foram marcados por uma rara estabilidade. Já como uma nação independente, por sua vez, o Uzbequistão precisou lidar com problemas nas esferas política, econômica e social. Embora a independência não tenha necessariamente surpreendido o Uzbequistão, o país precisou estabelecer uma estrutura para o governo em um curto espaço de tempo, além de necessitar produzir para suprir a sua demanda doméstica, com orçamentos menores e sem a experiência de tê-lo feito anteriormente, e de lidar com o extremismo religioso, claramente nocivo para sua transição democrática, especialmente de acordo com os indicadores de Huntington (Capisani 2000; Huntington 1991).

A autodeterminação da república como um Estado independente forneceu um ímpeto, revitalizando os processos democráticos em uma base nacional de mentalidade oriental, ao tempo em que a afirmação de que o país resiste à democracia, supostamente em virtude de seu conservadorismo e influência islâmica, não pode ser aceita (Tookson 2011). Muito pelo contrário,

Embora observadores tenham localizado a fonte desta dinâmica como uma continuação ou reanimação de valores culturais islâmicos e ou tradições políticas soviéticas, argumentou-se aqui que o regime político contemporâneo do Uzbequistão é fundamentalmente novo, uma vez que, com o fim da ordem soviética, o legado da construção do Estado e do desenvolvimento social e econômico abriram espaço para a interação entre os interesses das elites e os desafios e oportunidades do período, neste caso, os verdadeiros responsáveis pela particular evolução política nacional.

Essas visões que afirmam que o país ainda não está maduro para a consciência e a cultura democráticas, em virtude de sua "mentalidade" ainda estar sob a pressão do fundamentalismo islâmico e do autoritarismo secular, geralmente associam a ausência de manifestações públicas e da democracia de rua à inércia e imaturidade política das massas (Merritt, 2004). No entanto, tais distorções possuem um objetivo bem definido: dar crédito à ideia das nações cultural e socialmente atrasadas, diminuir suas potencialidades intelectuais e criativas locais, ignorar as ideias e visões democráticas dessas populações e rejeitar formas particulares de autoafirmação. A democracia não pode ser importada ou copiada: é um produto da cultura única de um povo, sua evolução histórica e espiritual, e isto também se aplica ao Uzbequistão.

Nesse sentido, apesar de ser descrito muitas vezes como repressivo, o Uzbequistão não é um Estado totalitário. Seus processos políticos são rigidamente controlados pela administração presidencial, mas o país ostenta instituições formais modernas e funcionais e esforços cautelosos de industrialização e modernização econômica na tentativa de tornar sua economia atraente para investidores (Omelicheva 2015). Ainda que não tenha sido objeto de análise do presente trabalho, pode-se inferir também que as recentes reformas encabeçadas pelo novo presidente, Mirziyayev, são, na realidade, uma extensão das políticas iniciadas pela administração Karimov.

Resumindo, o Uzbequistão está tentando explorar a potencialidade da democracia e do

poder, bem como as vantagens de suas próprias tradições históricas de construção do Estado (Tookson 2001). Durante o período de transição, a liderança do país concentrou esforços em estabelecer uma base legislativa para formar uma estrutura democrática de poder, por um lado, empoderando os órgãos do Estado para proteger a democracia, por outro. Esses processos estão, normalmente, longe de ser suaves, muitas vezes são acompanhados de conflitos, uma vez que uma reforma do sistema de poder é impedida por fatores internos e, principalmente, externos.

Um ponto de partida para a consolidação democrática do país talvez esteja em encontrar um equilíbrio para esse dilema, entre o recrudescimento das estruturas de poder e a centralização de recursos para a prática da democracia. No entanto, a falta de uma compreensão ampla sobre os macroprocessos históricos de longa duração e as particularidades políticas dessas regiões configuram, certamente, o principal impedimento para um entendimento pleno do processo de democratização, não apenas do Uzbequistão, mas de muitos outros países que não se enquadram completamente nas interpretações ocidentais sobre este tema, ainda fortemente associados a juízos de valor. Conclui-se, portanto, que apesar de serem importantes, os indicadores democráticos de Dahl e Huntington não podem ser os únicos fatores a definir o nível de democratização de um país.

Referências

- Abashin, Sergey et al. 2011. "Soviet Rule and the Delineation of Borders in the Ferghana Valley, 1917-1930". In *Ferghana Valley: The Heart of Central Asia*, organizado por Frederick S. Starr, 94-118. Londres: Routledge.
- Abdullaev, Ravshan. Namoz Khotamov, Tashmanbet Kenensariyev. 2011. "Colonial Rule and Indigenous Responses, 1860-1917". In *Ferghana Valley: The Heart of Central Asia*, organizado por Frederick S. Starr, 69-93. Londres: Routledge.
- Alaolmolki, N. 2001. *Life After Soviet Union*. Albany: State University of New York Press.
- Aydın, Gülşen. 2004. "Authoritarianism Versus Democracy in Uzbekistan: Domestic and International Factors". Master's thesis, Middle East Technical University, Ankara. Acessado em 23 de fevereiro 2021, <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.424.8628&rep=rep1&type=pdf>.
- Capisani, GR. 2000. *The Handbook of Central Asia: A Comprehensive Survey of the New Republics*. Londres: IB Tauris.
- Cummings, S. N., ed. 2002. *Power and Change in Central Asia*. Londres: Routledge.
- Dadabaev, Timur. 2013. Community life, memory and a changing nature of mahalla identity in Uzbekistan, *Journal of Eurasian Studies* 4 (2): 181-196, ISSN 1879-3665. <https://doi.org/10.1016/j.euras.2013.03.008>.
- Dagiev, Dagikhudo. 2013. *Regime Transition in Central Asia: Stateness, Nationalism and Political Change in Tajikistan and Uzbekistan*. Londres: Routledge.
- Dahl, Robert A. 1971. *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven-Londres: Yale University Press.
- Danielson, M. 2001. "Stay by my side? Uzbekistan and US", 10 de outubro de 2001. Site do PhillyIMC. <http://www.imcphilly.org>.
- Freedom House. 1998. *Nations in Transition: From Change to Permanence*. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1998-1999_complete_book.pdf.
- Golden, Peter B. 2011. *Central Asia in World History*. England: Oxford University Press.
- Hambly, Gavin. 1985. *Asia Central*. México: Siglo XXI Editores.
- Hopkirk, Peter. 1990. *The Great Game On Secret Service in High Asia*. Londres: John Murray Publishers.
- Huntington, Samuel P. 1991. *The Third Wave: Democratization in the late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Ilanhez, Rodrigo. 2020. Análise Estratégica Nerint. *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy and International Relations*, 9 (18): 290-301. Acessado em 15 de março de 2021, <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/view/110383/60247>.
- Khalid, Adeeb. 2006. Backwardness and the Quest for Civilization: Early Soviet Central Asia in Comparative Perspective. *Slavic Review*, Cambridge, 65 (2) (verão): 231-251, 2006. Acessado em 31 de agosto de 2020, <https://www.jstor.org/stable/4148591?seq=1>.
- Khalid, Adeeb. 2015. *Making Uzbekistan: Nation, Empire, and Revolution in the Early USSR*. 1. ed. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Lubin, Nancy. 1995. "Uzbekistan". In: *Environmental Resources and Constraints in the Former Soviet Republics*. Philip Pryde, 32-67. New York: Westview Press.
- Marszewski, Mariusz. 2018. "Thaw in Uzbekistan. Reforms by President Mirziyoyev". *Comentários OSW NÚMERO 278*, 16 julho de 2018, <https://www.semanticscholar.org/paper/thaw-in-uzbekistan.-reforms-by-president-osw-number-marszewski/01da5797d1ea1aa7447e01fcab390bf53cbb446c>.
- Melvin, Neil. 2004. *Authoritarian Pathways in Central Asia: A Comparison of Kazakhstan, the Kyrgyz Republic, and Uzbekistan. Democracy and Pluralism in Central Eurasia*. London: Routledge.

Merritt, Robin Nicole. 2004. *Facade Democracy: Democratic Transition In Kazakhstan And Uzbekistan*. Mes-trado, University of Central Florida. Acessado em 22 janeiro de 2021, <https://stars.library.ucf.edu/etd/143>.

Omelicheva, Mariya Y. 2015. *Democracy in Central Asia: Competing Perspectives and Alternative Strategies*. Kentucky: University Press of Kentucky.

OSCE/ODIHR. 2009. "Parliamentary Elections", 27 de dezembro de 2009. https://www.osce.org/odihr/elections/uzbekistan/eoms/parliamentary_2009.

RFE/RL. 2016. "Mirziyayev Declared Winner Of Uzbekistan's Presidential Election." RFE/RL, 5 de dezembro de 2016. <https://www.rferl.org/a/uzbekistan-presidential-election-2016-mirziyayev/28156160.html>.

Rodrigues, Miguel Urbano. 1999. *Nômadas e Sedentários na Ásia Central*. Porto: Lâpis de Memórias.

Roy, Olivier. 2000. *The New Central Asia: The Creation of Nations*. New York: New York University Press.

Schumpeter, Joseph A. 1950. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper & Brothers.

The Economist. 2004. "Karimov Fights Back." The Economist, 31 de março de 2004. <http://www.economist.com>.

Tookson, Arslan. 2001. *Uzbekistan: Democracy and Governance in a Transition Period. Central Asia and the Caucasus* 5. Acessado em 15 janeiro de 2021. <https://www.ca-c.org/journal/eng-05-2001/04.tukprimen.shtml>.

Uzbequistão. 1992. Constituição da República do Uzbequistão. Acessado em 1 de março de 2021. http://www.ecostan.org/main_eng.html.

Guilherme Geremias da Conceição

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Pesquisador membro do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA/UFRGS) e do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS).

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação dos autores antes da publicação.